



ESTADO
DE
ALAGOAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - **SEPLAN/AL**
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - **FIPLAN/AL**
INSTITUTO DE INFORMÁTICA - **IFOR/AL**
INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL - **IPES/AL**

ANÁLISE



CONJUNTURAL

1º SEMESTRE 1981

Nº 5

1981

18 Fev



33(813.5)

F977a

217

Em.07

ECONOMIA ALAGOANA
ANÁLISE CONJUNTURAL
1981 - 1º Semestre

ELABORADO EM CONVÊNIO COM A SUPERIN-
TENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NOR-
DESTE - SUDENE

Secretário Extraordinário de Articulação com o
Governo Federal

JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA

Gabinete Militar

CEL. NELSON AUGUSTO DO NASCIMENTO

Comandante da Polícia Militar

CEL. JOSÉ DE ALMEIDA

Procurador Geral do Estado

CARLOS GUIDO FERRÁRIO LÔBO

Procurador Judicial

MARCO\$ BERNARDES MELLO

Consultor Geral do Estado

LUIZ DE GONZAGA MENDES DE BARROS

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - FIPLAN

Presidente: EVILÁSIO SORIANO DE CERQUEIRA
Coordenação Geral: CARLOS MAURÍCIO BARROS DE GOES
Assessoria Técnica: MARTHA CÉLIA VASCONCELLOS BERNARDES

Instituto de Programação Econômica e
Social

JOSÉ CÂNDIDO DO NASCIMENTO
- Coordenador -

Instituto de Informática
ELISABETH CARDOSO LIMA
- Coordenador -

EQUIPE TÉCNICA:

Adelmo Mota Mendonça
Herbert Glisson Falcão dos Santos
Marcelo Medeiros de Santana
Hélio Bartolomeu Paraíso de Carvalho

AUXILIARES DE ESTATÍSTICA:

Edcléia Maria Leocádio
Lígia Maria Mendonça Porto

Programação Gráfica: Paulo José Guimarães Santos

Mecanografia: Edleusa Clarindo da Silva

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

1. VISÃO GLOBAL

2. VISÃO SETORIAL

2.1 - SETOR AGROPECUÁRIO

a. Aspectos Gerais

b. Previsão de Safra

2.2 - SETOR INDUSTRIAL

a. Aspectos Gerais

b. Indústria de Transformação

b.1 - Consumo Industrial de Energia

b.2 - Arrecadação do IPI

b.3 - Produção de Produtos Químicos

b.4 - Produção da Agro-Indústria Açucareira

c. Indústria da Construção Civil

2.3 - SETOR SERVIÇOS

a. Aspectos Gerais

b. Comércio Externo

b.1 - Exportação por Longo Curso

b.2 - Importação por Longo Curso

c. Comércio Interno

c.1 - Exportação por Cabotagem

c.2 - Importação por Cabotagem

- d. Transporte
 - d.1 - Transporte Marítimo
 - d.2 - Transporte Aéreo
- e. Energia Elétrica
- f. Receita Tributária Federal
- g. Receita Tributária Estadual
- h. Receita Tributária Municipal
- i. Solvências
- j. Emprego

ANÁLISE CONJUNTURAL-ECONOMIA ALAGOANA

Fundação Instituto de Planejamento de Alagoas

- FIPLAN/AL -

Instituto de Informática - IFOR

Instituto de Programação Econômica e Social

- IPES -

Rua Cincinato Pinto, 503 - Centro

57.000 - Maceió - Alagoas

Telefones: 223-3910, 223-3057 e 223-3071

Telex: (082) 198

Permitida a Reprodução Total ou Parcial
desta Publicação desde que seja citada

Esta publicação representa mais um resultado do esforço empreendido no sentido da continuidade dos trabalhos de Acompanhamento e Análise Conjuntural, que vem sendo desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento, através da Fundação Instituto de Planejamento-FIPLAN, em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.

Procurou-se aqui, delinear o comportamento da economia alagoana no primeiro semestre de 1981, a partir de seus indicadores mais representativos disponíveis, dando-se mais uma vez, cumprimento ao objetivo perseguido, qual seja: o de oferecer ao usuário informações periódicas e atualizadas sobre o comportamento global da economia estadual e dos seus principais segmentos produtivos.

Por fim, deixa a FIPLAN registrado aqui, o seu agradecimento aos Órgãos Públicos e Instituições Privadas, pela colaboração no fornecimento dos dados, sem o qual não seria possível o desenvolvimento deste trabalho.



EVILÁSIO SORIANO DE CERQUEIRA
Secretário de Planejamento

VISÃO GLOBAL

Neste primeiro semestre de 1981, a Economia de Alagoas não incorporou todos os efeitos negativos provenientes da política de caráter recessivo adotado pelo Governo Federal. Dois principais motivos justificaram este comportamento: o primeiro é que a economia estadual tem sua base de sustentação num produto que se conecta mais intensivamente com o mercado externo; o segundo é que há um significativo hiato entre a economia da região centro-sul e a economia estadual. Assim, todos os efeitos transmitidos pelo polo mais desenvolvido da economia brasileira, sofrem um relativo retardo em sua transmissão para as regiões mais atrasadas, embora as consequências possam ser de ordem mais intensa.

A análise de composição setorial da Economia Alagoana cotejando o primeiro semestre de 1981 com igual período de 1980 permite inferir-se por um desempenho negativo para o Setor Primário, principalmente no que diz respeito às culturas que têm como região de concentração de produção a Micro-Região "Sertão Alagoana", caso do feijão e milho, como também a cultura canavieira, localizada principalmente na zona da mata, que também sofreu bastante com a estiagem verificada no corrente ano.

Já o setor secundário a apresentou um desempenho razoável, isto porque seus principais indicadores apresentaram incrementos

positivos. O IPI e Consumo Industrial de Energia Elétrica evoluíram significativamente no período, a produção das indústrias açucareira e química também evoluiu, enquanto que o sub-setor construção civil apresentou um comportamento estável no período em referência.

E, finalmente o setor terciário apresenta um comportamento equilibrado comparando-se os dois períodos. As exportações por longo curso revelam uma queda no quantum exportado, as exportações por cabotagem cresceram 6,5 % no período, os tributos federais e estaduais também apresentaram crescimento, a solvabilidade teve um comportamento positivo, com os títulos protestados caindo significativamente no período e o segmento mercado de trabalho apresentou uma redução no ritmo das absorções.

a. Aspectos Gerais

Por mais um ano consecutivo, o Setor Primário e mais especificamente as lavouras alagoanas apresentou uma perspectiva das menos otimistas. De fato, a vulnerabilidade da atividade agrícola do Estado à fenômenos de natureza climática é bastante elevada. Este fato decorre da falta de uma infra-estrutura no Setor Primário, a exceção em parte da cultura da cana-de-açúcar, que torne tal atividade mais resistente àqueles fenômenos e assegure uma maior viabilidade ao seu desenvolvimento. Vê-se que o esforço produtivo empreendido não é em grande parte correspondido de ações que o complementem. Assim requisitos como assistência técnica, crédito orientado, programas de irrigação etc, apresentam-se de forma deficiente.

b. Previsão de Safra

De acordo com informações do GCEA-AL, de previsão da safra agrícola alagoana para o corrente ano é bastante negativa. E este fato se reveste de maior gravidade na medida em que a base de comparações para este prognóstico ter sido o ano de 1980 que como se sabe foi dos menos positivos em termos de resultados para a agricultura alagoana.

De forma tal, a justifi-

cativa para uma previsão de ordem negativa é a escassez de chuvas. De fato, no corrente ano, o comportamento climático prejudicou sensivelmente o plantio das culturas alagoanas, principalmente as que têm como região de produção a zona sertaneja. Produto a produto, a perspectiva de safra para o corrente ano é a seguinte:

Algodão Herbáceo

Espera-se para o algodão herbáceo uma produção inferior à do ano de 1980, isto porque, o rendimento médio de cultura encontra-se bastante comprometido pela escassez de chuvas na região sertaneja.

Arroz

A rizicultura alagoana, vem passando por transformação na sua forma de produção. As ações da CODEVASF no sentido de introduzir melhoria na produtividade desta cultura, desorganizou de certa forma a produção desta graminha. As áreas que foram desapropriadas para obras de infra-estrutura ainda não retornaram à fase produtiva, e, em consequência, a produção não apresenta perspectiva de recuperação a curto prazo.

No corrente ano, mais 800 ha. foram ocupados pela CODEVASF com o objetivo de execução de obras de engenharia. Entretanto,

to, o acréscimo na produtividade (11%) justifica uma perspectiva moderada de crescimento no volume produzido da cultura.

Côco

Após um período de relativa desatenção, a cultura do côco vem sendo assistida de forma mais racional. Neste sentido, vale registrar ações de combate às pragas, melhoria de qualidade genética das mudas, etc.

Em função dessas ações, espera-se a médio prazo uma recuperação dos coqueirais alagoanos. Para este ano, a perspectiva é de que a área plantada evolua 3,5%, e em função do aumento na produtividade a produção cresça 9,7%.

Cana-de-Açúcar

Muito embora os dados não permitam conclusões mais seguras a respeito desta cultura, prevê-se uma moderada redução no seu rendimento.

A extensão da escassez de chuvas à zona da mata, principal área produtora de cana, justifica esta perspectiva.

Feijão e Milho

Estas duas culturas, por

concentrarem sua produção na região sertaneja, são as que apresentam perspectiva mais negativa para o corrente ano.

Repetindo a total falta de condições do ano anterior, isto porque as chuvas foram escassas nos dois períodos analisados, espera-se reduções significativas tanto na área plantada, como também no rendimento o que acarretará conseqüentemente uma queda de produção esperada em torno de 67% para o feijão e 63% para o milho.

Fumo

A cultura do fumo que concentra sua produção na região de Arapiraca, apresenta uma perspectiva negativa para o corrente ano.

Em função da vulnerabilidade da cultura à fenômenos climáticos, como também à presença de fungos que prejudicaram bastante a cultura, espera-se uma redução de 14% na produtividade, com a produção, reduzindo-se cerca de 12% no período.

Mandioca

Em função de sua redução da lucratividade em relação às atividades que pouco penetram em sua área de concentração de produção como a cana e a pecuária, como também da sua

vulnerabilidade natural à fenômenos climáticos, a mandioca vem ano à ano reduzindo sua produção no Estado.

Em 1981, espera-se uma redução de 10% na área plantada, 9,5% na produção, enquanto o rendimento médio deverá manter-se na faixa de 10 t/ha.

QUADRO I
ESTADO DE ALAGOAS
PREVISÃO DE SAFRA
JUN - 80/81

PRODUTOS	UNIDADE	ÁREA OCUPADA (HA)		Δ % 81/80	PRODUÇÃO ESPERADA		Δ % 81/80	RENDIMENTO MÉDIO		Δ % 81/80
		1980	1981		1980	1981		1980	1981	
APICAXI	1.000 frutos	1.000	980	-2,0	15.243	15.997	4,9	15,16	16,32	7,6
ALGODÃO MARIACO	TON	80.670	79.166	-15,2	22.814	18.072	-20,0	0,36	0,26	-27,8
ARROZ	TON	6.519	5.970	-8,4	15.381	15.682	1,9	2,36	2,62	11,0
UBIUNA	1.000 frutos	9.518	10.411	4,9	13.703	14.703	6,4	1,38	1,40	1,4
COCO DE BAIA	1.000 frutos	24.502	25.308	3,5	65.381	71.746	9,7	2,66	2,62	-6,0
CAÇA-DE-ÁGUA	TON	359.850	356.850	-	116.556.193	118.556.194	-	52,00	52,00	-
FEIJÃO	TON	170.050	77.951	-54,1	91.627	29.536	-67,6	0,54	0,36	-29,6
FEJO	TON	36.855	37.199	0,9	33.172	28.934	-12,6	0,90	0,77	-14,4
MANDIOCA	TON	35.147	31.453	-10,5	231.470	318.031	-9,5	10,00	10,11	1,1
MILO EM GRÃO	TON	72.647	49.410	-32,2	43.708	16.155	-63,0	0,60	0,32	-46,7

FONTE: CCEA/IFOR.

2.2 - SETOR INDUSTRIAL

a. Aspectos Gerais

O Setor Industrial Alagoano é aqui enfocado sob a luz de alguns dos principais indicadores da Indústria de Transformação e Indústria da Construção Civil, tais como: Arrecadação do IPI, Consumo de Energia Elétrica, etc, que juntamente com os indicadores de produção dos principais segmentos industriais do Estado, refletem o desempenho do setor durante o 1º semestre de 1981.

Com base nesses indicadores pode-se apresentar o 1º semestre de 1981 como um período de razoável desempenho para o Setor Secundário do Estado, haja visto os incrementos apresentados na Arrecadação do IPI e no Consumo de Energia Elétrica para fins industriais, bem como os aumentos ocorridos na produção da Agroindústria Açucareira e na Indústria Química, principais sustentáculos da Economia Alagoana.

No tocante ao sub-setor de Construção Civil a situação não se apresenta tão favorável, pois apesar da quase estabilidade no consumo de cimento, com um acréscimo de apenas 2,0%, observou-se razoável queda na área licenciada tanto para construção, como habite-se (9,2%), denotando-se aí uma certa retração para este ramo industrial no período em estudo.

b. Indústria de Transformação

b.1 - Consumo Industrial de Energia

O Consumo Industrial de Energia Elétrica apresentou durante o 1º semestre de 1981 em relação a idêntico período de 1980 um crescimento em torno de 18,3% o que evidencia um aumento de produção das indústrias insumidoras de Energia Elétrica.

QUADRO II LEVANTAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

1º Semestre: 1980/1981

TOTAL (A)			INDUSTRIAL (B)			B/A	B/A
1980	1981	$\Delta\%81/80$	1980	1981	$\Delta\%81/80$	1980	1981
627.020	720.363	15,0	446.880	528.624	18,3	71	73

Atribui-se, em grande parte, esta ampliação no consumo de energia elétrica, ao aumento ocorrido na produção de soda cáustica e cloro que utilizam a energia como insumo básico em seu processo produtivo. Assim sendo, a todo aumento de produção dos referidos produtos equivale a uma ampliação na energia consumida.

b.2 - Arrecadação do IPI

A Arrecadação do IPI, de relevante importância para o conhecimento do de-

sempenho do setor, apresentou no período em análise, um resultado dos mais favoráveis nos últimos tempos, com um acréscimo, em termos reais, da ordem de 20,3%, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO III ARRECAÇÃO DO IPI 1º Semestre: 80/81

VALORES NOMINAIS			VALORES REAIS		
1980	1981	$\Delta\%81/80$	1980	1981	$\Delta\%81/80$
41.514	109.058	162,7	41.514	49.938	20,3

FONTE: SRF-CIEF/IFOR

DEFLATOR: Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna FGV.

BASE: JAN/JUN/80 = 100.

Verifica-se que, devido a isenção deste tributo para a Indústria Química, Têxtil e Gráfica, a Indústria de Cimento e o de Refrigerantes aparecem como as maiores contribuintes do Estado, podendo atribuir-se a estas a expansão ocorrida na arrecadação deste imposto. Tal fato leva a concluir-se por um aumento de produção nestas indústrias. Ressalta-se no entanto, que a Indústria de Cimento apresentou no período uma queda em sua produção, mas que não veio a influir no "quantum" arrecadado, tendo em vista os altíssimos aumentos de preços do produto, onde os reajustes foram sempre além da inflação.

b.3 - Produção de Produtos Químicos

Ao se confrontar o 1º se-

mestre de 1981 em relação a igual período de 1980, observou-se uma sensível expansão nos níveis de produção dos produtos Químicos Alagoanos.

Com exceção do Diclore-tano que sofreu uma queda em torno de 17,9% em sua produção, a soda caústica e o cloro apresentaram aumento significativo em sua oferta, cerca de 21,6% e a Indústria Alcooleira, com destaque especial, teve sua produção ampliada em torno de 41%. Este aumento na produção de álcool deve -se principalmente, a uma expansão no consumo de álcool como combustível, em resposta as medidas adotadas pelo Governo, bem como da alternativa utilizada pelas Usinas de Açúcar de converter o excesso de cana do campo, para álcool, tendo em vista a fraca receptividade do mercado externo para açúcar demerara.

QUADRO IV PRODUÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS 1º Semestre 1980/1981										
PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO BRUTA			CONSUMO INTERNO			PRODUÇÃO LEVADA A ESTOQUE		
		1980	1981	% 81/80	1980	1981	% 81/80	1980	1981	% 81/80
Soda Cáustica	T	99.025	120.379	21,6	6.209	2.570	- 74,7	93.403	119.030	27,4
Cloro	T	87.776	106.702	21,6	78.009	104.605	34,1	4.793	1.322	- 72,4
Dicloroetano	T	67.801	55.646	- 17,9	-	-	-	67.801	55.646	- 17,9
Alcool	1.000 L	99.544	400.341	41,0	-	-	-	-	-	-

FONTE: Salgema/IAA/IPOR.

b.4 - Produção da Agro-Indústria Açucareira

A Indústria Açucareira do Estado de Alagoas, a despeito do mercado externo se encontrar pouco convidativo, apresentou durante o 1º semestre de 1981, uma produção em termos gerais superior a obtida em igual período de 1980.

No entanto observou-se que o açúcar demerara, produto destinado a exportação, sofreu uma queda em sua quantidade produzida da ordem de 5,8% no período.

QUADRO V
PRODUÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCA-
REIRA
JAN/MAIO - 80/81

PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO		
		1980	1981	%81/80
Açúcar Cristal	Saco/50Kg	1.639.394	5.265.031	221,2
Açúcar Demerara	Saco/50Kg	5.265.978	4.959.968	- 5,8
Melaço	Kg	201.806.024	276.186.418	36,9

FONTE: IAA-AL/IFOR.

Este fato decorre, principalmente, de uma política de escala de produção das usinas açucareiras, que iniciaram sua pro

dução dando prioridades ao açúcar cristal, provavelmente aguardando uma melhora no mercado externo, mas que até o final da safra espera-se conseguir a cota estipulada para Alagoas através do IAA tanto para açúcar demerara como para açúcar cristal e até mesmo superá-la.

c. Indústria da Construção Civil

O sub-setor "Construção Civil" é analisado basicamente, através dos desempenhos dos indicadores "Área Licenciada para Construção e Habite-se" e "Consumo Aparente de Cimento".

De acordo com estes indicadores, o 1º semestre de 1981 em relação a idêntico período de 1980, caracterizou-se por uma queda generalizada, tanto na "Área Licenciada para Construção", 17,4%, quanto para habite-se, 9,2%, enquanto o Consumo de Cimento permanecia quase que estabilizado com um ligeiro acréscimo de apenas 2,0%.

Esta queda de 17,4% nas solicitações para construção prognostica para o ano de 1981, uma provável atração na Indústria da Construção Civil, em níveis mais acentuados que a verificada no ano anterior. As possíveis causas desta retração estão relacionadas, principalmente, com a queda no poder aquisitivo da população aliada aos altos custos de financiamentos, a-

través do Sistema Financeiro de Habitação e dos crescentes e alarmantes aumentos de preços dos materiais de construção.

QUADRO VI ÁREA LICENCIADA PARA CONSTRUÇÃO E HABITE-SE CONCEDIDOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ DE 1980/1981

ÁREA LICENCIADA (M ²)											
CONSTRUÇÕES						HABITE-SE					
TERRENO			EDIFICAÇÕES			TERRENO			EDIFICAÇÕES		
1980	1981	Δ % 81/80	1980	1981	Δ % 81/80	1980	1981	Δ % 81/80	1980	Δ % 81/80	1980
103.122	85.004	- 60	115.914	95.751	- 17,4	415.450	193.671	- 53,5	96.330	87.497	- 9,8

QUADRO VII PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE CIMENTO

1º Semestre: Jan à Maio de 80/81

PRODUÇÃO			CONSUMO EM TONELADAS		
1980	1981	Δ % 81/80	1980	1981	Δ % 81/80
137.269	104.261	- 24,0	73.841	75.309	2,0

2.3 - SETOR SERVIÇOS

a. Aspectos Gerais

O comportamento do Setor Terciário, no primeiro semestre de 1981, comparativamente a igual período do ano anterior, não apresentou em termos globais variações significativas. Embora seus principais indicadores disponíveis tenham apresentado incrementos tanto positivos como negativos, percebe-se por uma certa predominância dos resultados positivos que este setor tem um desempenho ligeiramente favorável.

Se por um lado as exportações por longo curso e a receita tributária municipal apresentaram decréscimo, por outro, as exportações por cabotagem, a receita tributária estadual e federal, o consumo global de energia e as requisições de falências indicaram desempenho positivos no período em análise. Já os indicadores de mão-de-obra e os relativos ao sub-setor comércio, indicaram em termos gerais uma situação de estabilidade.

A inexpressiva expansão deste setor é uma decorrência natural das dificuldades por que passa a economia brasileira, bem como das repercussões da política econômica que vem sendo adotada pelo Governo Federal sobre a Economia Estadual. Tal política que se baseia principalmente em instrumentos de caráter monetário e fiscal, tem contribuído sensivelmente para a diminuição do ritmo de expansão da economia como

um todo.

b. Comércio Externo

b.1 - Exportação por Longo Curso

As exportações alagoanas para o mercado internacional, revelaram um fraco desempenho no primeiro semestre de 1981, comparativamente ao primeiro semestre de 1980, indicando uma redução de 31,9% em sua quantidade. Muito embora tenha o seu valor, em termos reais, crescido 43,1%, o que significa que os preços dos produtos destinados ao mercado externo apresentaram uma performance favorável.

Dentre os produtos que compõem a pauta de exportação por longo curso, apenas a soda cáustica indicou expansão em sua quantidade exportada, revelando assim, um maior desempenho em relação ao 1º semestre de 1980, estando no entanto, muito distante do índice alcançado em 1979.

Por outro lado, o produto que mais concorreu para o elevado decréscimo no volume exportado neste primeiro semestre de 1981, foi o melaço, com uma redução de 92,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal redução deve-se à sua baixa cotação no mercado internacional, como também à expressiva utilização do mesmo como matéria-prima, para produção de álcool,

cool, ampliando assim a demanda interna por esse produto.

QUADRO VIII MOVIMENTO DE CARGA POR LONGO CURSO

1º Semestre 80/1º Semestre/81

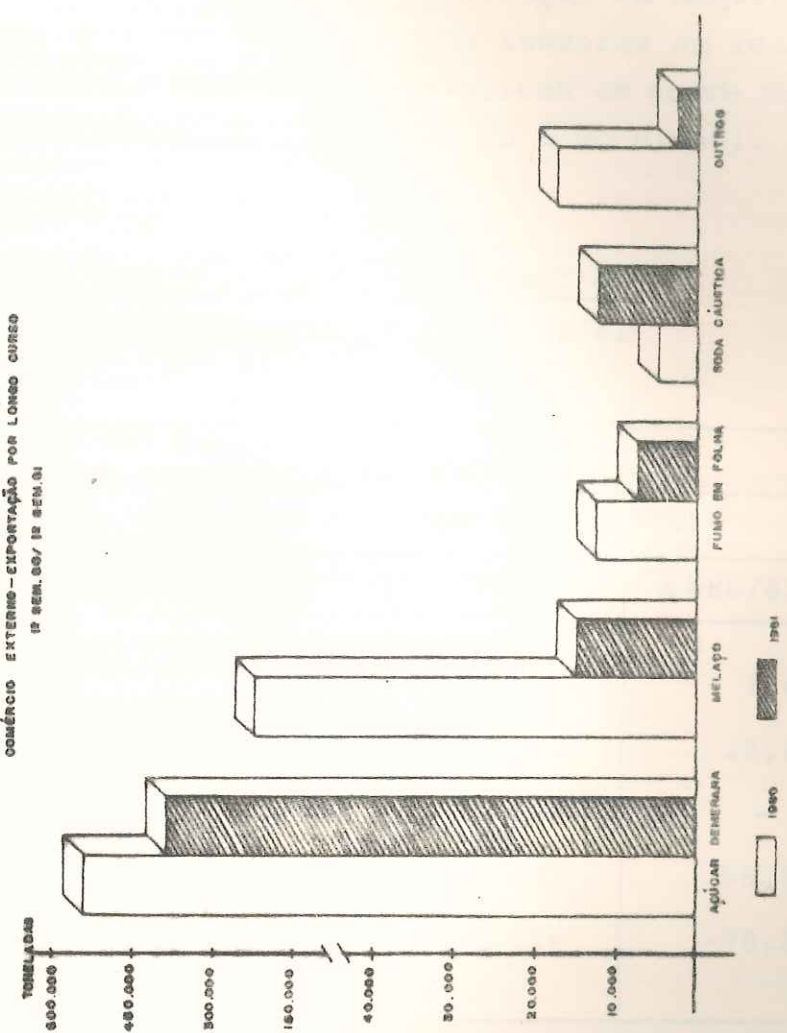
PRINCIPAIS PRODUTOS ESPECIALIZADOS	EXPORTAÇÃO								
	QUANTIDADE (TON)			VALOR NOMINAL (EM CR\$ 1.000,00)			VALOR REAL (A PREÇOS DE 80)		
	1980	1981	% 81/80	1980	1981	% 81/80	1980	1981	% 81/80
AÇÚCAR DE CANA	462.147	426.432	- 11,6	7.832.606	33.599.764	329,0	7.832.606	15.365.332	96,4
MELAÇO	162.607	12.583	- 92,3	5.426.133	15.245.986	181,3	5.426.133	6.981.137	26,8
FUMO DE FOLHA	11.068	9.166	- 17,3	739.956	767.384	1,7	739.956	351.365	- 52,5
SODA CÁUSTICA(**)	5.804	11.110	91,4	5.056	941.699	18.525,4	5.056	431.204	8.428,6
OUTROS (*)	13.745	693	- 95,0	2.200.055	56.095	- 97,5	2.200.055	25.686	- 98,8
TOTAL	675.367	459.989	- 21,9	16.197.808	50.610.928	212,5	16.197.808	29.174.744	43,1
FONTE: PORTOBRÁS/IFOR DEFLATOR: Índice Geral de Preços - Conjuntura Econômica - F.G.V. BASE: Janeiro-Junho/1980 = 100. (*) Dicloretano (**) Na tonelagem total da Soda Cáustica é adicionada 50% de água, por medida técnica de transporte do produto.									

b.2 - Importação por Longo Curso

De acordo com as informações da PORTOBRÁS, as importações por Longo Curso cresceram, no primeiro semestre de 1981, 60,3% com relação a idêntico período do ano anterior, o que pode significar uma certa ativação do mercado local, e consequentemente de algumas unidades produtoras que utilizam tais produtos como matéria-prima ou insumo.

Os produtos que contribui-

ESTADO DE ALAGOAS
 COMÉRCIO EXTERNO - EXPORTAÇÃO POR LONGO CURSO
 12 SEM. 00/ 13 SEM. 01



ram para a expansão das importações, no período em referência, foram, basicamente, o óleo diesel e o trigo em grão com incrementos de 99,8% e 28,4% respectivamente.

A utilização em máquinas agrícolas e a suavidade de seus aumentos em relação aos demais combustíveis, explicam em grande parte o crescimento da importação do óleo diesel.

QUADRO IX
MOVIMENTO DE CARGA POR LONGO CURSO
1º semestre/80 1º semestre/81

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	IMPORTAÇÃO		
	QUANTIDADE (TON)		
	1980	1981	Δ %80/81
Adubos	78.865	78.176	- 9,0
Trigo em Grão	65.827	84.518	28,4
Milho	-	74.171	-
Óleo Diesel	6.325	12.635	99,8
Outros (*)	5.390	1.174	-78,2
TOTAL	156.407	250.674	60,3

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR

(*) Eteno.

c. Comércio Interno

O comércio de Alagoas com outros Estados da Federação é aqui focalizado em parte, vez que os dados utilizados referem-se apenas as exportações e importações por cabotagem, não contemplando, em função da não disponibilidade de dados, uma parcela significativa do comércio interestadual, mais precisamente aquele efetivado por via rodoviário.

c.1 - Exportação por Cabotagem

Os dados sobre as exportações por Cabotagem para o mercado nacional indicaram para o primeiro semestre de 1981, um volume de 345.540 toneladas, suplantando em 6,5% o montante do primeiro semestre de 1980 e, em 60,6% o verificado em idêntico período de 1979.

Os produtos que contribuíram para o crescimento das exportações foram, o álcool que passou de 20.109 toneladas em 1980, para 37.004 toneladas em 1981 e a soda cáustica que evoluiu 12,4 em termos percentuais no período.

O crescimento na exportação do álcool deve-se em grande parte à intensificação do seu uso como combustível automotivo em todo território nacional.

QUADRO X
COMÉRCIO INTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR CABOTAGEM
1º semestre 80/1º semestre/81

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	EXPORTAÇÃO		
	QUANTIDADE (TON)		
	1980	1981	Δ % 81/80
Açúcar Cristal	16.600	15.150	- 8,7
Soda Cáustica(*)	145.215	163.257	12,4
Petróleo	76.253	73.748	- 3,3
Dicloreto	65.614	56.241	-14,3
Álcool	20.109	37.004	84,0
Outros	573	140	-75,6
TOTAL	324.364	345.540	6,5

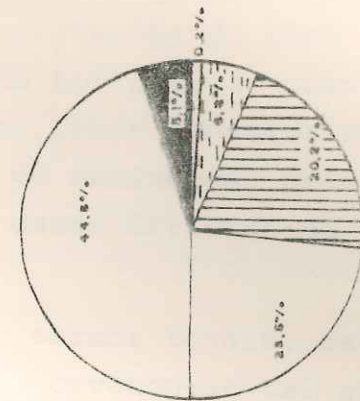
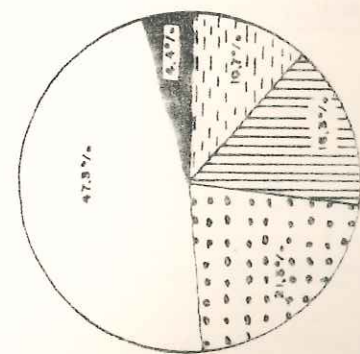
FONTE: PORTOBRÁS/IFOR

(*) Na tonelagem total da soda cáustica é adicionada 50% de água, por medida técnica de transporte do produto.

c.2 - Importação por Cabotagem

Através dos dados fornecidos pela PORTOBRÁS, constatou-se que houve um decréscimo em alguns produtos integrantes da pauta de importações por cabotagem, principalmente dos produtos derivados do petróleo, como a gasolina, o querosene que caíram 20,2 e 22,1%, comparados ao

ESTADO DE ALAGOAS
 COMÉRCIO INTERNO - EXPORTAÇÃO POR CABOTAGEM
 1º SEMESTRO / 1º SEMESTRO



ÁGUA CRISTAL
 ÁGUA CAÍNTICA
 PE INÓLEO
 DIÓXIDO DE ENXOFRE
 OUTROS
 ALCOOL

mesmo período do ano passado.

Apesar de tais importações terem na sua maioria sofrido um decréscimo, deve-se notar o aumento das importações do óleo diesel de 22,9%, em confronto com período pretérito, tendo como principal fator desse crescimento o aumento em 7,8%, da frota de caminhões, principal responsável pelo consumo desse derivado do petróleo.

Em termos totais, as importações cresceram 25,3%, devendo-se tal aumento à importações do Eteno e Adubo, o primeiro para a obtenção do dicloroetano a partir da mistura com o cloro, o segundo para ser empregado principalmente na agro-indústria canavieira.

QUADRO XI
MOVIMENTO DE CARGA POR CABOTAGEM
1º semestre 80/1º semestre/81

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	IMPORTAÇÃO		
	QUANTIDADE (TON)		
	1980	1981	Δ % 81/80
Gasolina	29.944	23.906	- 20,2
Óleo Combustível	21.311	22.424	5,2
Querozene	1.795	1.399	- 22,1
Trigo em Grão	13.091	8.806	- 32,7
Eteno	-	12.772	-
Adubo	-	12.879	-
Óleo Diesel	52.936	65.063	22,9
Outros	-	675	-
TOTAL	119.077	147.934	24,2

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR

d. Transporte

d.1 - Transporte Marítimo

O movimento de navios no Porto de Maceió, tanto de Longo Curso como de Cabotagem permaneceu estável, com um quantitativo de 202 navios nos primeiros seis meses de 1980 e 202 navios no mesmo período de 1981, não havendo portanto oscilações nesse tipo de transporte.

Embora tenha havido um equilíbrio no 1º semestre de 1981 relativo ao primeiro semestre de 1980 quanto ao número de navios, verifica-se que houve um aumento de 40,3% comparados ao 1º semestre de 1979. Deve-se tal incremento ao aumento na tonelagem movimentada pelo porto de Jaraguá e pelo porto da Salgema.

QUADRO XII
MOVIMENTO DE NAVIOS NO PORTO

DE MACEIÓ
1º semestre 80/1º semestre 81

INDICADORES	QUANTIDADE		
	1980	1981	Δ% 81/80
Longo Curso	85	85	-
Cabotagem	117	117	-
TOTAL	202	202	-

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR.

d.2 - Transporte Aéreo

Segundo informações recebidas da INFRAERO o movimento no Aeroporto dos Palmares, nesses primeiros seis meses foi regular.

O indicador mais significativo foi o de Embarque de Passageiros que sofreu um aumento de 12,4% seguido dos indicadores do Desembarque de Passageiros, Pousos e Decolagens com percentuais de 11,7% respectivamente para cada um, comparados ao mesmo período do ano pretérito.

Tal comportamento deve-se ao trabalho de divulgação feito pelo órgão encarregado pelo turismo, prevendo-se para o final do ano de 1981 e primeiro semestre de 1982, uma maior intensificação do fluxo turístico no Estado.

QUADRO XIII
MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO DOS PALMARES

1º semestre 80/1º semestre/81

COMPORTAMENTO DO TRANSPORTE AÉREO	1980	1981	Δ% 81/80
Pousos	1.765	1.971	11,7
Decolagens	1.764	1.971	11,7
Embarque de Passageiros	38.852	43.680	12,4
Desembarque de Passageiros	36.602	40.890	11,7
Passageiros em Trânsito	43.943	39.910	- 9,2
Embarque de Carga (Kg)	265.969	270.809	1,8
Desembarque de Carga (Kg)	479.748	513.301	7,0
Carga em Trânsito (Kg)	681.390	681.601	0,03
Embarque de Mala Postal (Kg)	14.816	14.729	- 0,6
Desembarque de Mala Postal (kg)	26.135	25.086	- 4,0

FONTE: INFRAERO/IFOR

e - Energia Elétrica

O consumo estadual de energia elétrica, registrou uma taxa de crescimento superior em 14,8% ao semestre anterior, ascendendo a um total de 720.363 MWH. Desse consumo 528.624 MWH, ou seja 73,4%, foram destinados ao consumo industrial, 4,4% ao consumo dos Poderes Públicos, 3,4% a iluminação públicas e 11,7 ao consumo residencial.

A classe de consumidor que apresentou maior taxa de expansão foi o Poder Público com 39,6% confrontados com o período anterior.

No tocante ao consumo de energia pelos setores rural e comercial, estes apresentaram, pelo mesmo confronto, variações negativas de 10,9% e 17,2% respectivamente.

O grupo industrial obteve taxa de crescimento de 18,3%, fato que se deve, em parte, à política de desaceleração da economia nacional, já que no mesmo período 1980/1979 a taxa de crescimento foi de 29,0%.

QUADRO XIV
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
1º semestre 80/1º semestre/81

CLASSE DE CONSUMIDOR	CONSUMO EM (MWH)		
	1980	1981	$\Delta \% 81/80$
Residencial	77.900	84.204	8,1
Comercial	51.141	42.350	- 17,2
Industrial	446.880	528.624	18,3
Poderes Públicos	22.813	31.845	39,6
Iluminação Pública	19.223	24.726	28,6
Rural	9.668	8.614	- 10,9
TOTAL	627.625	720.363	14,8

FONTE: CEAL/CHESF/IFOR.

f - Receita Tributária Federal

No que diz respeito à Receita Tributária Federal, (quadro XV) observou-se em termos reais, uma arrecadação de CR\$ 573.331 mil, no primeiro semestre de 1981, contra CR\$ 566.574 mil do mesmo período do ano anterior, ou seja um incremento de 1,2%. Esse comportamento está vinculado à estabilidade observada no item Imposto sobre a Renda (0,0%), que representou no período 74,0% do total da arrecadação. Paralelamente os Impostos sobre Transporte e sobre Energia, apresentaram um decréscimo de 6,8% e 13,4% respec

tivamente, enquanto os itens Imposto sobre Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados apresentaram incrementos de 60,5% e 20,3%, respectivamente, muito embora a participação desses itens no total da arrecadação, sejam pouco expressivas.

Um outro fato observado com relação ao comportamento dessa categoria de receita, é a existência de um acentuado equilíbrio em sua composição, com o item "Imposto sobre a renda" mantendo uma participação preponderante em sua constituição e os demais itens não sofrendo variações que chegassem a modificar de forma significativa a sua composição e comportamento.

QUADRO XV RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL 1º Semestre 1981/1980						
ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1980	1981	Δ 81/80	1980	1981	Δ 81/80
Imposto sobre Importação	332	1.165	250,9	332	533	60,5
Imposto sobre Produtos Industrializados	41.514	109.055	162,7	41.514	49.938	20,3
Imposto sobre a Renda	424.479	926.928	118,4	424.479	424.440	0,0
Imposto sobre Transporte	18.339	37.311	103,5	18.339	17.085	-6,8
Imposto sobre Energia	71.381	135.073	89,2	71.381	61.850	-13,4
Outros	10.529	42.553	304,2	10.529	19.485	85,1
TOTAL	566.574	1.352.068	121,0	566.574	573.331	1,2

FONTE: SRF - GIEF/IFOR
DEFLATOR: Índice de Preço da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas
BASE: 1º semestre de 1980 = 100.
Janeiro/Junho.

9 - Receita Tributária Estadual

Analisando a Receita Tributária Estadual (Quadro XVI) a partir da arrecadação do ICM, observou-se em termos reais, um desempenho positivo. De fato, comparando os CR\$.. 1.567.770 mil arrecadados no 1º semestre de 1980, com os CR\$ 2.157.071 mil do 1º semestre deste ano, observa-se um incremento de 37,6%.

Vale salientar que o ICM participa em mais de 95% no total da arrecadação da Receita Tributária Estadual e que só a arrecadação do ICM na atividade açucareira, passou de 451.547 mil em 1980, para CR\$ 931.815 mil em 1981, ou seja, apresentou um crescimento de 106,4%.

Justifica esse comportamento, a mudança de tratamento Tributário que passou de um valor predeterminado para cada unidade da quantidade produzida, para um percentual fixo sobre o valor da produção. Deste modo, a participação do ICM da Atividade Canavieira sobre a receita tributária estadual, evoluiu de 28,8% em 1980 para 43,2% em 1981, demonstrando assim o seu peso sobre a Receita Tributária do Estado.

QUADRO XVI DEMONSTRATIVO DA ARRECAÇÃO DO ICM DO ESTADO DE ALAGOAS 1981/1980						
ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1980	1981	Δ % 81/80	1980	1981	Δ % 81/80
Arrecadação do ICM na atividade canavieira	451.547	2.034.971	350,7	451.547	931.813	106,4
Outros	1.116.223	2.675.819	139,7	1.116.223	1.225.258	9,8
ICM 100%	1.567.770	4.710.790	200,5	1.567.770	2.157.071	37,6

FONTE: SEFAZ/DAF/IPOR
DEFLATOR: Índice de Preço da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas
BASE: 1º semestre de 1980 = 100
Janeiro/Junho.

h - Receita Tributária Municipal

No que concerne à Receita Tributária do Município de Maceió (quadro XVII) para o primeiro semestre de 1981, em comparação com o mesmo período do ano passado, observou-se um comportamento negativo uma vez que, em termos reais, a Arrecadação Tributária Total, apresentou um decréscimo de 15,2%, caindo de CR\$ 80.108 mil para CR\$ 67.913 mil. Este fato está vinculado ao atraso ocorrido na distribuição dos carnês de pagamento para 1981 correspondentes aos Impostos Predial, Territorial e Taxas, que só a partir do segundo semestre deste ano será efetivada. Além disso, o Imposto Sobre Serviços, que tem uma participação de 71,3% no total da arrecadação, apresentou um incremento de apenas 1,7% em termos reais.

QUADRO XVII DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ 1º Semestre 1981/1980						
ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1980	1981	Δ % 81/80	1980	1981	Δ % 81/80
Imposto Predial	7.653	-	-	7.653	-	-
Imposto Territorial	208	-	-	208	-	-
Imposto Sobre Serviços	47.614	105.726	122,0	47.614	48.412	1,7
Total dos Impostos	55.475	105.726	90,6	55.475	48.412	-12,7
Total das Taxas	24.633	42.585	72,9	24.633	19.502	-20,8
Total da Receita Tributária	80.108	148.315	85,1	80.108	67.913	-15,2

FONTE: DAF/IPOR
DEFLATOR: Índice de Preços da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas
BASE: 1º semestre 1980 = 100
Janeiro/Junho

i - Solvências

Com base nos indicadores de solvabilidades disponíveis (quadro XVIII), observou-se neste primeiro semestre de 1981, um comportamento positivo, em relação ao mesmo período do ano pretérito.

De fato os Títulos Pro - testados decresceram respectivamente de 15,1% e 24,3% na quantidade e valor real, enquanto as Falências Requeridas caíram de 19,6% na quantidade e 44,2% no valor real, não havendo Falências Decretadas neste período. Paralelamente, constatou-se para os Cadastros Negados uma quase estabilidade, uma vez que cresceu de 6,3% na quantidade, enquanto o seu valor real se retraiu em 1,2%. Ao mesmo tempo observou-se que os Créditos Reabilitados cresceram de 9,3% quantitativamente e 62,7% no seu valor real. Finalmente, observou-se que das 88.685 informações solicitadas, 95% obtiveram res-

postas positivas.

QUADRO XVIII INDICADORES DE SOLVABILIDADE 1º Semestre 1981/1980									
INDICADORES	QUANTIDADE			VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1980	1981	Δ % 81/80	1980	1981	Δ % 81/80	1980	1981	Δ % 81/80
TÍTULOS PROTESTADOS (*)	12.292	10.440	- 15,1	343.635	568.305	65,4	343.635	260.226	- 24,3
FALENCIAS REQUERIDAS	51	41	- 19,6	6.982	8.503	23,4	6.982	3.894	- 44,2
FALENCIAS REGISTRADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CADASTROS NEGATIVOS	6.082	6.467	6,3	56.264	121.351	115,7	56.264	55.566	- 1,2
CRÉDITOS REABILITADOS	3.332	3.641	9,3	37.211	30.288	-18,6	37.211	13.668	- 62,7
INFORMAÇÕES SOLICITADAS	81.009	88.685	9,5	-	-	-	-	-	-
RESPOSTAS POSITIVAS	76.154	84.398	10,8	-	-	-	-	-	-

Em CR\$ 1.000,00

FONTE: CAPTÓRIOS DE PROTESTOS/SPC/IPOR.
DEFLATOR: Índice de Preços da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas-FGV.
BASE: 1º Semestre de 1980 = 100
Janeiro/Junho

(*) Títulos Protestados -- Período: Janeiro/Maio - 80/81

j - Emprego

Já no que se refere ao movimento de mão-de-obra, observou-se à luz dos indicadores disponíveis, uma redução no desempenho do mercado de trabalho, ao se comparar o primeiro semestre de 1981 com igual período do ano passado (quadro XIX)..

De fato, as admissões apresentaram um decréscimo de 8,2% em relação ao mesmo período de 1980. Comparando-se o total de admitidos com o de demitidos, observou-se que para cada 100 admissões, houve 95 demissões no 1º semestre 1980, enquanto que para igual período de 1981, essa relação se agravou, apresentando para cada 100 admissões 102 demissões. Comparando o número de Primeiro Emprego com as admissões o-

corridas, constatou-se que no primeiro semestre de 1980, 20,7% do total de admitidos, correspondiam aos novos ingressantes no mercado de trabalho, crescendo essa relação para 23,3% no mesmo período de 1981.

Além disso, comparando-se a participação das Homologações de Rescisões de Contrato de Trabalho, com as Demissões ocorridas nos respectivos períodos, observou-se que o índice de permanência nas Empresas por empregados com mais de um ano de trabalho, têm-se mantido estável.

Finalmente, ao se considerar o mercado de trabalho a partir da relação Número de Carteiras Profissionais Expedidas/Número de Admitidos, constatou-se participação de 66,4% no período correspondente à 1980, decrescendo para 65,6% em 1981, de onde se pode concluir que houve uma retração na absorção de mão-de-obra, mais acentuada do que a detectada em igual período do ano anterior.

QUADRO XIX									
MOVIMENTO DE MÃO-DE-OBRA									
1º Semestre 1980/1981									
PERÍODOS	ESPECIFICAÇÃO	Nº DE DEMISSÕES	Nº DE DIMITIDOS	PRIMEIRO EMPREGO	HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO	CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS	PART. % DO 1º EMPREGO S/TOTAL DE ADMISSÕES	PART. % DE HOMOLOGA- ÇÕES DE RESCISÃO S/TOTAL DE DEMISSÕES	PART. % DO Nº CART. PRO- FESSORAS EXPEDIDAS S/ TOTAL ADMIS- SÕES
1980		27.616	26.229	5.729	2.217	41.573	20,7	8,4	66,4
1981		29.362	25.827	5.911	2.194	38.647	23,3	8,5	65,6
Δ % 81/80		- 8,2	- 1,5	3,2	- 1,0	- 7,0	-	-	-

FONTE: DRC/IPOR.